

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.992 - RS (2019/0278300-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : T DOS R S (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por T. DOS R. S. – preso preventivamente no contexto de aparente contumácia no delito de tráfico de drogas ilícitas – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a medida pleiteada naquela instância, nos autos de n. 0159207-64.2019.8.21.7000 (e-STJ fl. 170):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS, EM COAUTORIA ENTRE DEZ AGENTES. HIGIDEZ DO PERICULUM LIBERTATIS. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA.

1. As peculiaridades dos delitos imputados, as condições pessoais do réu e sua periculosidade (pelo modus operandi) justificam a segregação cautelar, restando hígidos o periculum libertatis e o fumus commissi delicti . No caso, sobressai que os réus estavam sendo investigados pela Delegacia de Polícia Civil de Charqueadas, que realizou diligências (interceptação telefônica, inclusive). Em relação ao paciente, constatou-se que ele, aparentemente, teria se associado aos demais para fins de comercializar drogas (crack e maconha). Sob outro aspecto, há informação no sentido de que o paciente teria cometido os novos fatos quando em livramento condicional.

2. Todo este quadro justifica a cautelar, para garantia da ordem pública e instrução criminal, diante das circunstâncias dos delitos imputados e a existência de sensível probabilidade de o réu reiterar a prática delituosa, obstaculizar o regular processamento do feito e furtar-se da aplicação da lei penal.

3. Segregação mantida.

ORDEM DENEGADA, POR MAIORIA.

A defesa alegou, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirmou que as instâncias ordinárias não apontaram indícios válidos e suficientes quanto ao *periculum libertatis*.

Em liminar e no mérito, pediu o relaxamento da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 223/226).

O MPF manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fl. 327).

É o relatório. **Decido.**

As instâncias ordinárias identificaram indícios de que o paciente integraria facção especializada no tráfico de drogas ilícitas em larga escala, além de que teria cometido os delitos que lhe são imputados nestes autos enquanto gozava de livramento condicional (e-STJ fl. 183):

Com efeito, depreende-se do expediente que a Autoridade da Delegacia de Polícia de Charqueadas deflagrou inúmeras operações, a fim de desarticular a facção criminosa “Os Manos”. No bojo do Inquérito Policial nº 3219/2018/151902 (distribuído sob o nº 156/2.18.0002929-4), os agentes policiais lograram em apreender o aparelho celular de um dos investigados, cujo conteúdo restou interceptado sob autorização judicial. A partir da análise das interceptações foi deflagrada a Operação Limítrofe (IP nº 329/2018/151902/A), com identificação de outros supostos membros daquela facção. Especificamente quanto ao paciente T., constatou-se que ele teria traficado narcóticos associado aos demais agentes.

Além das peculiaridades fáticas dos delitos imputados, as condições pessoais de T. tampouco lhe são favoráveis. Isso porque, há indicativos nos autos de que o paciente é integrante da facção criminosa “Os Manos”; bem como de que teria cometido os delitos ora imputados enquanto cumpria pena por tráfico de drogas em livramento condicional.

E é certo que a aparente contumácia delitiva legitima a segregação cautelar, especialmente para obstar a continuidade da organização criminosa. Nessa linha de entendimento, confirmam-se os seguintes julgados, dentre inúmeros:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. FUMUS COMISSI DELICTI. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.

(...).

2. O Juízo de primeiro grau apontou concretamente os indícios da autoria e da materialidade do delito, assim como a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal. Isso porque indicou motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade, dada a sua reiteração delitiva (o acusado ostenta condenação anterior por crime de mesma natureza), a despeito de não se tratar de quantidade excessiva de droga apreendida.

3. Ordem denegada.

(HC 426.222/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, POSSE DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES E CORRUPÇÃO DE MENOR. NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. PRISÃO AMPARADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO.

(...).

3. Na espécie, a segregação preventiva do recorrente encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela apreensão de 350g (trezentos e cinquenta gramas) de maconha, 1 revólver calibre 32, carregado com 6 munições intactas, além de 8 munições calibre 38 e 3 munições calibre 44, todas de uso restrito, e também pela participação de adolescente na empreitada criminosa. O decreto prisional enfatizou, ainda, a reiteração delitiva do recorrente, o qual "possui várias passagens judiciais, inclusive já tendo sido pronunciado pelo também grave, e igualmente hediondo, crime de tentativa de homicídio qualificado". Portanto, a custódia cautelar está justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ante a

gravidade efetiva da conduta e a contumácia criminosa do recorrente.

4. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RHC 88.883/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REGISTRO CRIMINAL ANTERIOR PELO MESMO CRIME. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO EFETIVO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM O ENCARCERAMENTO CAUTELAR. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA MEDIDA COM O MODO DE EXECUÇÃO FIXADO NO ÉDITO REPRESSIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADO. RECLAMO IMPROVIDO. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

(...).

2. O fato de o condenado possuir registros penais anteriores, inclusive pelo delito de tráfico de drogas demonstra o risco efetivo de reiteração caso o agente seja solto, corroborando o periculum libertatis exigido para a preventiva.

(...).

7. Recurso ordinário improvido, concedendo-se, contudo, a ordem de habeas corpus de ofício, para determinar que o recorrente aguarde o julgamento da apelação eventualmente interposta no modo semiaberto de execução, fixado na sentença.

(RHC 78.521/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 01/02/2017)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NEGATIVA DE AUTORIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. GARANTIA DA ORDEM

PÚBLICA. PRISÃO QUE VISA OBSTAR A CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

(...).

III - No caso, a prisão preventiva para a garantia da ordem pública está devidamente fundamentada em elementos extraídos dos autos a indicarem que o recorrente estaria prosseguindo com os negócios da quadrilha liderada por seu irmão, coordenando a distribuição das drogas e a arrecadação do dinheiro oriundo do tráfico na municipalidade, o que patenteia o periculum libertatis e demonstra o risco de reiteração delitiva.

(...).

Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 64.897/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PACIENTE INTEGRANTE DE UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, INCLUSIVE COM O ENVOLVIMENTO DE MENORES. APREENSÃO DE ELEVADA QUANTIDADE DE DROGAS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(...).

2. Na espécie, a segregação cautelar foi preservada pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade do recorrente - integrante de uma grande organização criminosa, inclusive com o envolvimento de adolescentes, voltada para a prática de crime de tráfico de drogas em diversas cidades, sendo que o ora recorrente desempenhava importante função no preparo e revenda de drogas na comarca de Rancharia/SP. Outrossim, a grande quantidade apreendida, a variedade, a natureza nociva dos entorpecentes (151 kg de maconha, 2,300 kg de crack e 195g de cocaína) também evidenciam a periculosidade dos integrantes da organização e o efetivo risco à ordem pública, caso permaneçam em

Superior Tribunal de Justiça

liberdade. Prisão preventiva devidamente justificada, nos termos do art. 312 do CPP. Precedentes.

(...).

4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(RHC 54.825/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016).

Ante o exposto, confirmando a decisão liminar e na linha do parecer ministerial, **nego provimento ao recurso.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator